

Governo estuda maneiras de atenuar os efeitos da recessão

O Governo está estudando alternativas para amenizar o custo social da recessão, que deve se aprofundar no primeiro semestre do ano que vem. São as chamadas medidas contracíclicas, que podem começar a ser aplicadas a partir de janeiro, informou ontem o secretário executivo do Ministério da Economia, Luiz Antônio Gonçalves. Segundo ele, o Governo quer estimular as exportações, ampliar a abrangência do seguro-desemprego e aplicar parte da verba do Fundo de Assistência ao Trabalhador (FAT) destinada ao seguro-desemprego, para o estímulo a alguns setores, além de recuperar investimentos das estatais.

O secretário falou dos planos do Governo de amortecer a recessão após tomar posse como presidente do Conselho de Administração do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Gonçalves admitiu que o primeiro semestre do ano que vem será de grande sacrifício, mas assegurou que há possibilidade de alguma melhoria no segundo semestre. Mas a expectativa continua sendo de que o Produto Interno Bruto tenha variação zero, ou seja, que a economia fique estagnada.

Ele observou que, apesar da recessão, há perspectivas favoráveis na área agrícola, o que levará à melhoria da renda no campo. O estímulo às exportações, disse, é uma das formas de amenizar o problema do desemprego, já que, se as empresas estiverem produzindo para vender no mercado internacional, não demitirão. Gonçalves afirmou que o Governo pôs em dia as operações do Proex atrasadas e acumuladas até novembro, o que segundo ele estimula o setor privado a investir recursos para o comércio exterior.



Secretário Gonçalves: apoio à exportação e mais ajuda aos desempregados

AMORTECEDORES DA RECESSÃO

1. Estímulo às exportações
2. Aumento da abrangência do seguro-desemprego
3. Canalizar recursos do Fundo de Assistência ao Trabalhador para apoio a empresas via BB e CEF
4. Aumentar os investimentos das estatais

Há possibilidade ainda de mudança nas regras do jogo do seguro-desemprego, de forma a que mais gente possa ter acesso a ele, disse o secretário. Ele informou que o Congresso tende a eliminar a exigência de o trabalhador ter estado empregado por 24 meses antes de requerer o be-

nefício. Este prazo poderá ser reduzido, assim como a burocracia. Parte dos recursos do FAT, que totalizaram em novembro Cr\$ 250 bilhões, também poderia ser canalizada para apoio a certos setores, através do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal.

28-7-89